



*A narrativa do acontecimento de abril de 1964:
golpe ou revolução?*

SAMUEL PONSONI

Universidade do Estado de Minas Gerais
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

TAMIRES BONANI

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

RESUMEN. En este artículo, basados en una práctica discursiva en el lenguaje mediático, se busca comprender narraciones de acontecimientos discursivos de la comunicación política en torno de la disputa sobre los efectos de sentidos de los términos “golpe” y “revolución”, en la secuencia de los acontecimientos históricos de abril de 1964 en Brasil. El análisis de la narrativa del acontecimiento señala el impacto y la circulación por los medios de comunicación de las narrativas que pueden fortalecer los “pensamientos” sobre el acontecimiento discursivo, dándole materialidad en la repetición, de modo que pueda durar más en una nueva regularidad del discurso; para que entre en la agenda del día de los rumores públicos y pueda mostrarse como un camino de sentido en la interpelación de los sujetos sociales. Se crean las diversas inscripciones de memorias en el acontecimiento. Para componer, organizar y analizar un *corpus* de trabajo, hemos utilizado dos portadas de periódicos brasileños: *O Globo* y el *Última Hora*, que circularon el 2 de abril de 1964 y que tienen efectos de sentido opuestos en el mismo evento histórico.

PALABRAS CLAVE: *narrativa del acontecimiento, efectos de sentido, memoria, discurso.*

RESUMO. Neste artigo, busca-se, numa prática discursiva de apreensão da linguagem, a compreensão de narrativas dos acontecimentos discursivos da comunicação política em torno da disputa pelos efeitos de sentidos dos termos “golpe” e “revolução”, perpetrada, no Brasil, na sequência dos acontecimentos históricos de abril de 1964. Dessa forma, essa análise das narrativas do acontecimento observa a repercussão e circulação midiática que podem reforçar os “pensamentos” sobre o acontecimento discursivo, dando-lhe materialidade na repetição para que ele dure e “pegue” em uma nova regularidade do discurso, para que entre na ordem do dia dos rumores públicos e se mostre como um caminho de sentido na interpelação dos sujeitos sociais. Cria-se as diversas inscrições de memórias no acontecimento. Para compor, estruturar e analisar um *corpus* de trabalho, utilizamos duas capas de jornais brasileiros, *O Globo* e *Última hora*, que circularam no dia 2 de abril de 1964 e que deram efeitos de sentidos opostos ao mesmo acontecimento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: *narrativa do acontecimento, efeitos de sentido, memória, discurso.*

ABSTRACT. In this paper, a discursive practice of language in the media is analysed in order to understand the narratives of the discursive events of political communication

Recibido: 02 de abril de 2017 • Aceptado: 03 de julio de 2017.

around the dispute over the effects of the meaning “coup” and “revolution” following the historical events on April 1964 in Brazil. This analysis of the narratives of the event observes the repercussion of the media, which can reinforce the “thoughts” about the discursive event, giving it materiality in the repetition, so that it lasts and “catches” in a new regularity of the discourse and enters in the interest of public rumors and shows itself as a path of meaning in the interpellation of social subjects. Various inscriptions of memories are created in the event. In order to compose, structure and analyze a *corpus*, we used two front pages of the Brazilian newspapers, *O Globo* and *Última Hora*, which circulated on April 2nd 1964 and had effects of opposite meanings about the same historical event.

KEYWORDS: *event narrative, sense effects, memory, discourse.*

Introdução

Este texto busca uma compreensão científica acerca de um dos períodos ditatoriais brasileiros, a saber, o que se deu entre 1964 e 1985, no qual um conjunto de poderes sociais, principalmente os de ordem civil e militar, ascendeu ao poder governamental em diversas esferas de atividade social. A ascensão, entretanto, não se passou de forma tranquila e/ou como um processo natural de escrutínio popular, como já vigorava à época. Com essa turbulenta ruptura, abriu-se dois campos discursivos de dizer que buscaram, ao menos no início, criar condições logicamente estabilizadas de discurso para uma narrativa do acontecimento histórico, cada qual para suas próprias evidências ideológicas.

De maneira mais clara e em franca discrepância, dois grupos se opuseram: os que viam a tomada de poder como uma “revolução”, salvadora da ordem social-política, e os que viam o processo como um “golpe” de Estado, o qual culpava o lado “revolucionário” como o causador da desordem social, ao romper com os processos institucionais em vigência¹ e barrar os projetos políticos e sociais em andamento. Dito de outra maneira, e para além da necessidade de se criar um “monumento” histórico e simbólico à lembrança de todas as gerações sobre esse acontecimento histórico, buscamos compreender como, a partir do dia 1 de abril do ano de 1964,² foi possível iniciar uma narrativa do acontecimento histórico, em que existiam claramente duas vozes, saturando as tensões sociais: golpe, do lado dos que foram apeados; revolução, do lado dos que participaram da ascensão civil e militar ao poder governamental.

Sendo assim, nossa questão de base é a de compreender como foi possível

¹ A narrativa do acontecimento como golpe teve pouco tempo para se perpetuar, uma vez que o Estado passou a ser um regulador social por meio de leis de cerceamento, como as censuras midiáticas, de conteúdo educacional, editorial, por exemplo. A narrativa de golpe encontra vazão a partir de “retrovisor” da história, em tempos nos quais as censuras já não mais existiam e se pôde, então, fazer as constatações históricas necessárias a partir de diversos campos de saber.

² Sem dúvida, esse ainda é um tema bastante atual, efervescente e polêmico no âmbito histórico e social do Brasil. É possível dizer isso, pois em 2014 houve diversas manifestações acerca deste acontecimento histórico, dado que completaram-se 50 anos do dia em que se apeou do poder governamental o então presidente, eleito a partir do sufrágio, João Goulart.

conjugar os elementos da ordem da história e os elementos da ordem da língua, para, assim, fazer surgir uma narrativa do acontecimento, passando pelos expedientes históricos e discursivos, que: a) contribuiu para o contingenciamento das demandas sociais; b) criou um direcionamento discursivo, ideológico e histórico dos sentidos; c) barrou, em larga medida, as outras vozes sociais, principalmente a voz social que digladiava diretamente com o termo “revolução”, a saber, “golpe”.

Para dar conta dessa reflexão teórica, é de um mirante discursivo, sobretudo de orientação francófona, que buscamos analisar os materiais de análise a partir do procedimento metodológico que, em um mesmo processo, se propõe a descrever/interpretar elementos linguísticos e elementos discursivos, compreendidos na dimensão da narrativa do acontecimento, conceito norteador do artigo, no qual nos fundamentaremos teoricamente. Compreensão teórica de discurso que, para nós, está ligada à manifestação e à materialização ideológica dos modos de produções e organização sociais na materialidade linguística, textual.³ Tal processo discursivo se marca por meio de um “o quê” e de um “como” os efeitos linguísticos se inscrevem na história e, no mesmo processo, como a história se materializa no linguístico.

Partimos do princípio de que a linguagem, nas mais diferentes materialidades significantes, não se resume aos seus constituintes formais e/ou usuais, mantendo com o real uma relação de simples nomenclatura, mas está materialmente incrustada de historicidade, *acontecimentalizando* esse real a cada manifestação de linguagem a partir de múltiplas coerções. Este trabalho inscreve-se, dessa forma, no paradigma materialista dos estudos da linguagem.

1. *Fundamentação teórica*

Nosso artigo terá, fundamentalmente, pressupostos teóricos do conceito de narrativa do acontecimento, de Jacques Guilhaumou (2009), pesquisador este que é um dos expoentes no campo da Análise do Discurso francesa, domínio epistemológico no qual se funda e se origina também grande parte do ferramental teórico e metodológico deste texto, os quais exporemos na sequência.

Tal conceito de narrativa do acontecimento visa a pensar na relação triádica acontecimento, memória e direcionamento de sentidos por meio, sobretudo, de uma narrativa do acontecimento discursivo (Guilhaumou, 2009). A princípio, é preciso reconhecer, antes e acima de tudo, que uma parte dessa concepção triádica, o termo acontecimento, recobre um grande arco de usos nas teorias sociais. No entanto, mais especificamente, no escopo da Linguística, apreende-se acepções que vão desde os estudos mais estruturalistas da língua até os discursivos, os quais nos proporemos a discutir aqui.

³ Há tendências mais contemporâneas que admitem compreensões analíticas para além da materialidade linguística textual, como as que unem materialidades visuais aos discursos, por exemplo.

Dessa maneira, o acontecimento de uma narrativa discursiva coaduna-se ao funcionamento do que é designado pela Análise do Discurso de orientação francesa (adiante, vez ou outra, AD) como memória discursiva ou elementos que a compõem, construindo-a ou negando-a em determinadas direções.

Segundo Pêcheux, teórico de base da Análise do Discurso, a memória discursiva é considerada como um espaço de regularização da materialidade discursiva, espaço potencial de coerência dos sentidos a um determinado direcionamento ideológico (Pêcheux, 2007). Na leitura e interpretação dos acontecimentos, a memória vem a preencher os implícitos, permitindo a interpretação do texto e reestabelecendo o que não está dito na enunciação e abrindo espaço a um caminho de rumores públicos.

Portanto, não se pode tratar a memória como algo cristalizado, um fenômeno rígido e fixo, ou um jazigo em que se pode observar os fatos históricos repousantes. A memória social deve ser compreendida como uma construção e, ainda que memória, uma dinâmica tensiva em que se pode observar diversas nuances histórico-sociais por meio das vozes legitimadas que contam essas próprias nuances.

Por isso, quando se fala em memória, “ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais” (Gondar, 2008, *on-line*). Além disso, a memória é feita de pessoas, acontecimentos, personagens e lugares. Acontecimento, personagens e lugares colaboram para a constituição da memória, seja consciente ou inconscientemente: “A memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante de feição adaptativa” (Meneses, 1992: 11). Assim, a memória é feita de lembrança e de esquecimento. Sem o esquecimento seria impossível a memória humana, é por isso que a memória é seletiva – seleciona ou descarta. Todavia, não como algo espontâneo e/ou somente cognitivo. A seleção é também, e sobretudo, histórica, feita pela forma como se canalizam os acontecimentos que reverberam a escrita social da história, inclusive das ciências e suas epistemologias, como é o caso deste nosso material de análise.

Ainda mais no interior do canteiro de trabalho da própria Análise do Discurso, em Jean-Jacques Courtine tem-se que a memória é também uma forma preenchimento e também de esquecimento. Ou seja, a memória que vem a preencher, uma espécie de produtor de um efeito de consistência e sustentação no interior da formulação do dizível e a memória também como espaço vazio e deslocamento, cuja manifestação proporciona um efeito inverso ao anteriormente dito, isto é, de inconsistência na reformulação dizível discursivo (Courtine, 2009). Esse pesquisador ilustra essa compreensão com uma anedota contada por Milan Kundera, em seu *Livre du rire et de l'oubli*, a qual diz que em fevereiro de 1948 o dirigente comunista Klement Gottwald,

da sacada de um palácio barroco de Praga, discursa para a multidão aglomerada na praça da velha cidade.

Gottwald estava cercado por seus camaradas e, a seu lado, bem próximo estava Clémentis. Nevava, estava frio e Gottwald estava com a cabeça descoberta. Clémentis, muito atencioso, tirou o seu chapéu de pele e o colocou na cabeça de Gottwald. O departamento de propaganda reproduziu centenas de milhares de exemplares da fotografia da sacada, de onde Gottwald, com chapéu de pele e rodeado por seus camaradas fala ao povo. (...) Todas as crianças conheciam essa fotografia de tê-la visto em cartazes, nos manuais ou nos museus. Quatro anos mais tarde Clémentis foi acusado de traição e enforcado. O departamento de propaganda fê-lo imediatamente desaparecer da história e certamente de todas as fotografias. Desde então, Gottwald está sozinho na sacada. Ali onde estava Clémentis, restou apenas o chapéu de pele na cabeça de Gottwald. (Courtine, 1999: 15)

Como se vê pela citada anedota, aquilo que pode e deve ser dito, colocado em circulação acerca dos acontecimentos históricos, já deve sempre estar dito, como uma forma de saber consolidado pelas construções ideológicas e históricas, inclusive das epistemologias científicas, e se constituindo dessa forma, no seu frasco exterior, na sua ordem do enunciável, no seu interdiscurso, e se mostrando na tensão entre a narrativa que se dá a circular e as outras todas que serão deslegitimadas, passando ao largo da história, mesmo sendo um fato histórico, contextual e existente, como o Chapéu de Clémentis.

Ainda nessa relação de acontecimento incrustado também na memória do discurso, outro teórico importante dos estudos do discurso que também tratou detidamente deste tema é Pierre Achard. Este teórico (Achard, 2007) entende esta regularização como a lei de uma série que marcaria o processo de produção de sentido ao longo da história dando estabilidade. Esta regularização do que seriam dizíveis logicamente estabilizados pode ser perturbada pelo acontecimento discursivo ou não, já que este também pode escapar à inscrição mais evidente dentro da memória, ao permanecer em formas mais ou menos latentes. Não a latência em um sentido psicanalítico, mas na inter-relação entre o possível não realizado, o possível realizado e o impossível de se realizar em determinado acontecimento discursivo e sua relação de memória. Entretanto, no caso de ela ser perturbada, a memória discursiva incorpora este acontecimento e instaura uma nova série de repetição.⁴

Nessa toada, de uma memória social atrelada constitutivamente ao acontecimento, Pêcheux analisa o enunciado *On a gagné* (Ganhamos) na vitória eleitoral da esquerda, representada por François Mitterand, na França,

⁴ Achard faz uma metáfora da regularização da memória com as séries matemáticas de números; existe, numa série, um princípio organizacional que não está explícito. Este princípio é identificado na ordem do discurso nos implícitos, nas repetições, nas paráfrases, nas retomadas etc. O Acontecimento Discursivo quebra com essa série, mexendo nas filiações da memória e instaurando uma nova ordem no discurso, um novo princípio de estabilização.

em 1981 (Pêcheux, 2008). Refere-se, ainda o filósofo francês do discurso, aos primeiros comentários, às reações dos responsáveis políticos das eleições presidenciais, mostrando que eles “vão começar a ‘fazer trabalhar’ o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto da atualidade e no espaço da memória que ele convoca e que já começa a reorganizar...” (2008: 19). No exemplo de Pêcheux, podemos ver como se instaura, a partir de um acontecimento histórico, um deslocamento e uma abertura para outra organização da memória.

É possível dizer que, em Pêcheux, há a dupla forma-limite de inscrição do acontecimento na memória, ou seja, o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever, e o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido.

Nessa esteira teórica, segundo Mónica Zoppi-Fontana, o acontecimento marcaria também ruptura, interrupção e emergência:

[...] a ruptura de uma prática pela transformação dos rituais enunciativos que a definem; a interrupção de um processo de reformulação parafrástica de sentidos pela mudança das condições de produção; enfim a emergência de um enunciado ou de uma posição enunciativa novos que reconfiguram o discurso, e através deste participam do processo de produção do real histórico (Zoppi-Fontana, 1997: 51).

Esta noção, como podemos ver nos autores supracitados, a qual parte de um acontecimento histórico até se tornar um acontecimento discursivo,⁵ já banhado por uma interpretação advinda do arcabouço teórico da AD, diferencia-se de outras noções também ligadas a noções de acontecimento social, como de Eliseu Verón, mesmo trabalhando objetos de comunicação política. Assim, os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram prontos em alguma parte na realidade e cujas propriedades e avatares nos são dados a conhecer de imediato com maior ou menor fidelidade. Eles existem na medida em que as mídias os elaboram (Véron, 1987).

Mas é ainda no próprio Pêcheux que observamos uma identificação teórica fundamental. Para este autor, o acontecimento existe na discursividade da contingência do real da história, seguindo sua primeira tese materialista: “O real existe, necessariamente, independente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (Pêcheux, 1988: 232). As mídias, por exemplo, podem reforçar o acontecimento discursivo, dando-lhe materialidade na repetição para que ele dure e “pegue” em uma nova regularidade do discurso. Apesar dessa explanação de cunho mais conceitual-histórico acerca da compreensão de acontecimento, a

⁵ É preciso diferenciar (DELA-SILVA, 2008) a noção de acontecimento discursivo do acontecimento histórico que consiste no factual – o que realmente ocorre, do acontecimento jornalístico que reúne as interpretações realizadas pela mídia. O acontecimento discursivo diz respeito à ordem do funcionamento dos sentidos, da construção dos sentidos.

qual nos servirá de base metodológica, nosso artigo se assenta teoricamente no conceito de narrativa do acontecimento, de Jacques Guilhaumou.

Guilhaumou, um dos responsáveis direto por trazer em seus trabalhos alguns conceitos foucaultianos que se tornaram elucidativos no escopo de estudo da AD, entre eles, os conceitos de enunciado, arquivo, história e acontecimento, mostra-nos que o acontecimento não é mais redutível somente à situação enunciativa nem ao chamado contexto histórico. A situação, quer se trate de um elemento do mundo real, quer se trate, mais simplesmente, de uma situação dita de enunciação, é conjuntamente “momento genético da realidade” e “lugar de sentido”. O acontecimento, portanto, é formulado por um conjunto heterogêneo de enunciados constitutivos do acontecimento discursivo, no interior do arquivo.

Para dar conta do exposto, o autor propõe que o acontecimento seja abordado a partir de uma ordem racional: 1) acontecimento linguístico; 2) acontecimento discursivo; 3) narrativa do acontecimento. Segundo ele:

Ao se considerar o acontecimento linguístico estamos interessados em problemas de gradação do concreto ao abstrato, da norma referencial de língua, da tipificação histórica de sujeitos e objetos cognitivos. Diferentemente, em se tratando de acontecimento discursivo, consideraremos, na perspectiva aberta por Michel Foucault (1969), apenas a simples inscrição do que é dito como elemento atestado do enunciado (...) saímos do mundo dos nomes e dos referentes para entrar no universo da reflexividade do discurso, dos recursos próprios dos sujeitos da enunciação implicados no acontecimento (Guilhaumou, 2009: 124).

A partir dessas reflexões, o pesquisador avança propondo que se contemple a noção de “acontecimentalidade”, que se concretiza daquilo que ele nomeia de narrativa do acontecimento. Ao ser assim compreendida, a narrativa do acontecimento relança, então, a ação infinita da interpretação, permite uma abertura máxima das narrações acerca de um dado objeto de mundo, assimila ação e pensamento, associa o ato e a revelação, torna memorável a vida da heroína e do herói, do vilão ou da vilã. Introduz-nos, dessa maneira, no agir político verdadeiro, no sentido em que a ação política é trazida ao julgamento desinteressado da dimensão universal do acontecimento singular, a exemplo de Kant ao julgar com entusiasmo a Revolução Francesa (Guilhaumou, 2009: 137).

2. *O método de descrição-interpretação em Análise do Discurso*

O tópico que aqui se faz é a acerca do método que nos embasa, e, portanto, orienta nossa metodologia de análise, o qual consiste em observar a questão da descrição e interpretação dos enunciados produzidos a partir do acontecimento histórico mudança política-institucional de 1964. Dessa forma, o norte condutor para esse quesito metodologia dos *corpora* segue

as premissas de descrever e interpretar. Esse processo é bem abordado por Michel Pêcheux (2008).

Para nos explicitar esse procedimento, nos diz o filósofo que lançou a “pedra angular” da teoria do discurso na França que a apreensão do próprio da língua se dá não somente pelos elementos lógicos ou elementos frásticos da língua, mas também por aquilo que lhe é próprio, um real de condição de existência, algo que exista tanto no plano material quanto no plano simbólico e que, muitas vezes, escapa a toda tentativa de torná-lo [este real e próprio da língua em algo logicamente estabilizado. E para dessa forma proceder:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela não se instala: o real da língua. (...) Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como condição de existência (princípio), sob forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. (Pêcheux, 2008: 50)

Como vemos na citação, é dessa característica inescapável da língua, existir no material e no simbólico, que a questão do descrever e do interpretar como uma abordagem discursiva dos objetos nos acontecimentos se faz crucial ao trabalho de pesquisa em análise do discurso.

A busca do analista de discurso em objetos que orbitem nos limites do que, convencionalmente, coloca-se como logicamente estabilizado faz-se pertinente e necessária a encontrar o que também está nesse próprio limite: os equívocos, as falhas, as rupturas, os *nonsense*, os chistes, as metáforas, as metonímias, as representações de mundos possíveis, como ora se faz o acontecimento discursivo da comunicação política, por exemplo – objeto no qual nos debruçamos.

Ademais, essa maneira de descrição dos acontecimentos, dos conjuntos textuais, de tipos de discurso, entre outros, não se altera, exceto se existir formas de interdição que se busque prender os sentidos em um universo logicamente estabilizado, em um princípio basilar que é o de que o(s) sentido(s) de todo enunciado pode derivar para outros sentidos, e todo enunciado, assim como o sentido, é possível de ser descrito em uma série de pontos possíveis de deriva, abrindo a picada na floresta de sentidos para a interpretação. E “É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso” (Pêcheux, 2008: 53). Esse é o espaço das disciplinas de interpretação.

Busca-se a compreensão de outros discursos, elementos linguísticos, imagens, narrativas, sujeitos, códigos, gêneros, sentidos, que circulam na história social, ou seja, que já estão lá em alguma medida, para descrevê-los e interpretá-los a partir de filiações identificadoras, como redes de memórias sócio-históricas, no momento presente ao fato analisado dos acontecimentos

discursivos, sejam eles um evento, um texto, uma sentença, enfim, mas sempre com a possibilidade de múltiplos territórios de sentidos. Assim:

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o termo de disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham neste registro (Pêcheux, 2008: 55).

Em uma leitura mais afoita, pode-se pensar que essa questão da descrição/interpretação, batimento que Pêcheux coloca como força-motriz dos trabalhos de análise do discurso nos acontecimentos, nos faz crer que essas mesmas interpretações sejam tais quais outrora pensou-se “obras abertas”. Todavia, o próprio pensador francês chama à atenção para o fato de que essa interpretação não deve ser um “não importa o que”. E que, de fato, há sim uma questão-problema nas práticas de análise discursiva em determinar o momento próprio da interpretação e o momento próprio da descrição.

A isso, o analista soluciona compreendendo que descrição dos objetos no acontecimento discursivo coloca em evidência o próprio jogo em que os enunciados estão submetidos, possibilitando, assim, o entendimento de lugares de furos, apagamentos, ressaltos, recalques, espaços de derivada dos sentidos, lugares vazios para encaixe de sentidos, processos históricos de significação de uma imagem, palavra etc., para disso, ou seja, desse discurso-outro virtualmente presente na leitura da interpretação discursiva, se fazer a gestão dos processos históricos no discurso, tal qual pretende-se aqui com a noção-conceito de narrativa do acontecimento discursivo da comunicação política.

3. *Uma análise de casos*

Na empresa dessa metodologia analítica, o artigo traz, da época contextual-histórica, a qual trata, sobretudo, dos dois (2) primeiros dias depois do acontecimento de abril. Toma-se a exemplo de modelo teórico analítico uma capa de um dos jornais mais importantes à época, *O Globo –Corpus-1–*, aliás, mantendo-se importante, em termos de circulação, leitura e formação de opinião pública, até os dias atuais, e uma capa do Jornal *Última Hora –Corpus-2–*, este já extinto, mas que foi resistente e aliado ao governo Jango.⁶

⁶ Figura 1: *O Globo* (Rio), 2 de abril de 1964. Descrição da primeira folha tem-se, em formato-padrão: “Empossado Mazzilli na Presidência”; logo acima da Manchete: “Fugiu Goulart e a Democracia está sendo restabelecida”; Título do editorial: “Ressurge a democracia!”. Figura 2: *Última hora*(Rio), 2 de abril de 1964. Descrição da primeira folha tem-se, em formato-padrão: “Jango no Rio Grande e Mazzilli Empossado”; “Última hora depredada e incendiada”; “Jango dispensa sacrifício dos gaúchos”; “A vindita fria”; “Tôda frota de reportagem destruída a bala e a fogo”.

Imagem 1: Jornal O Globo, 2 de abril de 1964



Imagem 2: Jornal Última Hora, 2 de abril de 1964



Trabalhando com o procedimento descrição-interpretação e, mais ainda, tomando como objeto o enunciado, dado que, como define Ducrot, é o objeto analítico dos recursos linguísticos, que é diferenciado da frase, “invenção dessa ciência particular que é a gramática” (1987: 164). Ducrot, por um lado, concebe a frase como “uma entidade linguístico abstrata, idêntica a si mesma em suas mais diversas ocorrências” (1987: 89), e entende, por outro lado, o enunciado como uma “(...) manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc* de uma frase” (1987: 89).

Tem-se, assim, o acontecimento histórico, a mudança no poder, dada em ruptura, sendo reverberada no acontecimento histórico por um dos conjuntos de vozes sociais que é o discurso do jornal. Em questão, o *Corpus-1* faz o acontecimento trabalhar equacionando uma contingência de demanda social, qual seja, do movimento do acontecimento histórico para aquele que será discursivizado, num gesto de passagem natural, como um já-lá, à espera de ser mobilizado. Com essa passagem “naturalizada”, deixa-se aberta uma fresta de sentido possíveis para criar-se um direcionamento discursivo, ideológico e histórico, o qual irá buscar a “pega” social em adesão de outros agentes discursivos – além do espaço midiático, outras instituições do Estado, que não podiam ou não deviam ou não queriam, naquele momento, fazer-se resistente ao rumo da tentativa de criação dos rumores públicos.

Ao fazer esse apontamento do dizer discursivo, tornando a ruptura institucional um movimento e um processo democrático, barra-se outras vozes sociais, principalmente a voz social que digladiava diretamente com o efeito de sentido “revolução”, a saber, a de que a ruptura fora, em verdade, um “golpe” ao estado democrático e de direito. Um corpo estranho que tenta-se incrustar ao acontecimento discursivo como uma via – talvez a única, no projeto de dizer do jornal do *Corpus-1* e seus aliados ideológicos – a ser percorrida,

abrindo-se um espaço de sentido possível apenas à ideia de revolução como salvamento democrático, do país, da ordem política e social de uma maneira geral. Corroboram com isso os enunciados, tal como: “Fugiu Goulart e a Democracia está sendo restabelecida”, em que, ao trazer o dizer em forma de sentença completa “Fugiu Goulart” (então presidente) tem-se um asseveramento de que nem a voz de Goulart se dispôs a resistir, já que um dos sentidos de fugir é exatamente o de partir em retirada sem resistência, acovardar-se, desistir, seguido pela outra sentença trazendo a palavra “democracia” com a primeira letra em caixa alta, como um signo de grandeza e bem social a ser mostrado, um imperativo categórico, tal qual um dever-agir, além de equiparar-se um conceito teórico-político, o de estado democrático, a um nome próprio, tão singular e tão saturado de sentidos, como nos diz o próprio Michel Pêcheux.

Há, ainda, um ponto a examinar, relativo à questão do nome próprio: esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por “pré-construído”, consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (...) é resultante, precisamente, da operação de determinação “levada ao extremo” (Pêcheux, 1988: 99, destaque dos autores).

Dessa forma, pela compreensão e amparados na citação, a democracia, grande bem social e tida como um nome próprio, com o mais alto grau de saturação ideológica, está se restabelecendo a partir do acontecimento histórico da tomada de poder por militares, mas que, primeiramente, se restabelece nos efeitos de sentido discursivos, ao ser endossada no acontecimento discursivo por um dos grandes canais de voz social, o discurso midiático. Mais especificamente, o jornal *O Globo*, de ampla tiragem, leitura e formação de opinião, torna-se também civil e cria uma narrativa própria a esse acontecimento, tentando, com isso, acrescentar um dos sentidos que direcionam que a tomada de poder pode ser figurativizada como uma grande revolução que salvará o país de um regime que estava no poder e, implicitamente, seria o oposto a esse arco de triunfo semântico, histórico e ideológico que se quer narrar e inscrever na memória do acontecimento.

Além disso, é possível dizer que a primeira adesão ao rumor social a ser narrado em forma de acontecimento discursivo é a do próprio jornal *O Globo*, ao trazer seu editorial – o qual, entre os gêneros textuais jornalísticos, se incumbe de ser a voz opinativa oficial do jornal – o título “Ressurge a democracia”. Portanto, a primeira voz social que se inclui no direcionamento de sentido de uma “revolução” que estabelece a ordem social é o próprio jornal, utilizando-se de dois pontos de vazão discursiva distintos: a voz e o ponto de vista da configuração da capa, o “rosto” e a coletânea dos destaques noticiosos de um dia, quadra histórica, acontecimentos factuais etc., e a voz e o ponto de vista do próprio jornal ante aos fatos.

Embora pareçam fazer parte de um mesmo projeto de dizer e de um mesmo projeto ideológico, e de fato, em muitas medidas, fazem parte desses projetos, há uma dissociação dos pontos de vista discursivos, que objetivam, neste caso do *Corpus-1*, em criar um efeito de adesão e em um fazer trabalhar os elementos da ordem histórica na ordem da língua e do discursivo.

Já pela segunda capa, o *Corpus-2* do artigo, do jornal *Última hora*, é possível observar uma narrativa para o mesmo acontecimento que concorre para efeitos de sentido bastante diferentes. Em “Jango no Rio Grande e Mazzilli empossado”, o ator político ex-presidente, claramente, está envolto em uma trama conspiratória, ou efeitos de sentido de um golpeamento, pois, ainda em território brasileiro, é destituído, empossando o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o primeiro na linha sucessória.⁷ Diversas memórias buscam se inscrever na narrativa do acontecimento feita pelo *Última hora*, mas uma delas, como um discurso-outro, como um contingente de materialização, pode ser compreendida nos dizeres do ator político que empossou Ranieri Mazzilli, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado à época. Dizeres esses como “a nação está acéfala”, dita por Moura Andrade, dão conta de corroborar a narrativa da fuga do presidente e não apenas de ele estar em um outro lugar, diferente da capital federal, Brasília, mas ainda em território brasileiro, no sul do país – o que aliás justifica o próprio ato oficial de Moura Andrade em declarar vaga a presidência. A figura do ex-presidente passa de um pusilânime chefe da nação que foge no *Corpus-1* a um sujeito que abdica do apego ao poder e à vaidade e, em um ato de altivez, “dispensa o sacrifício dos gaúchos”, descrição linguística que concatena sentidos de uma formação de discursos a se inscreverem na memória da narrativa do acontecimento em um sentido bastante eufórico. A democracia narrada no *Corpus-1* – regime político em que supostamente as diversas demandas sociais são atendidas, trazendo certa pacificação – dá lugar à chamada de a “Última hora depredada e incendiada” e “Tôda frota de reportagem destruída a bala e a fogo”, o que coloca, por seu turno, em xeque o *Corpus-1* em “democracia sendo reestabelecida”, além do próprio editorial “Ressurge a democracia” e também “Castelo Branco⁸ advertira: forças armadas são para defender a lei, e não a baderna” presentes em *O Globo*.

4. Considerações finais

É possível observar, a partir das análises ancoradas nas teorias discursivas aqui arroladas, que da existência da necessidade de inscrever a memória no

⁷ É preciso recordar que, antes de 1964, além de presidente e vice-presidente serem eleitos em escrutínios eleitorais distintos, havia um outro elemento conjuntural político que, depois da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961 – o primeiro mais votado na eleição de 1960 – João Goulart assume, sob forte pressão contra, como presidente em um regime parlamentarista, com Tancredo Neves de Primeiro-Ministro, situação que mudou em 1962 após plebiscito decidindo pelo presidencialismo que entra em vigor em 1963. Dessa forma, não havia vice em linha sucessória, por consequência assumiu o presidente da Câmara dos Deputados.

⁸ O primeiro presidente militar eleito pelo Congresso aos 11 de abril de 1964.

acontecimento discursivo constrói-se, em um mesmo acontecimento histórico, diversas possibilidades de narrativas, que vão contingenciando e dando vazão a múltiplos efeitos de sentidos. Isso é uma forma de estruturação dos rumores públicos, fazendo aquilo que Michel Pêcheux nos diz como a “pega” dos acontecimentos (Pêcheux, 2008). Evidentemente, outros elementos, neste episódio de 1964, estão envolvidos, como a própria correlação de forças e também elementos de diversas ordens institucionais. Entretanto, ao se examinar os elementos linguísticos e os elementos discursivos, é possível compreender a formação do processo discursivo que, no caso em questão, prevaleceu a ideia de “revolução” ao grupos sociais “vencedores”, o que, de forma nenhuma, apagou a voz dos grupos que se identificavam na alteridade, ou seja, compreendendo o acontecimento e os processos históricos como efeitos de sentido de um golpe. Arriscaríamos dizer que essa possibilidade de entendimento de golpe, no momento da formação do processo histórico no acontecimento de abril de 1964, se deu, para além da existência de grupos em francas lutas de classes e ideológicas, pela própria inscrição da memória na narrativa do acontecimento de efeitos de sentidos de golpe, deixando, portanto, uma espécie de porta entreaberta de identificações e resistências em mundos possíveis da narrativas que não estavam atinadas aos sentidos de revolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHARD, P. 2007. Memória e produção discursiva do sentido. In P. Achard (Ed.). *Papel da memória*, pp.11-21. Campinas, SP: Pontes.
- COURTINE, J-J. 1999. O Chapéu de Clémentis. In F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (ed.). *Os múltiplos territórios da Análise de Discurso*, pp.15-22. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto.
- COURTINE, J-J. 2009. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR.
- DELA-SILVA, S. C. 2008. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.
- DUCROT, O. 1987. *O dizer e o dito*. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes.
- GONDAR, J. 2008. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, 8, 13. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- GUILHAUMOU, J. 2009. *Linguística e história*. São Carlos, SP: Pedro e João editores.
- MENESES, U. B. DE. 1992. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 34: 09-24.
- PÊCHEUX, M. 2008. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.

- PÊCHEUX, M. 1988. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. 2007. Papel da memória. In: P. Achard. (Ed.) *Papel da memória*. pp. 49-56. Campinas, SP: Pontes.
- VÉRON, E. (Ed.). 1987. *El discurso político, lenguajes y acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette.
- ZOPPI-FONTANA, M. C. 1997. *Cidadãos modernos: discurso representação política*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SAMUEL PONSONI é docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e pós-doutorando pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/PNPD. Tem doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Desenvolve pesquisas nas áreas de teoria e análise linguística e análise do discurso, com ênfase nos temas de discurso e comunicação política e análise do discurso literário. É integrante do Grupo de Estudos “Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais” (LEEDIM/ UFSCar).

Correo electrónico: sponsoni@yahoo.com

TAMIRES BONANI é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desenvolveu projeto de mestrado cuja pesquisa, no âmbito da Análise do Discurso, é fomentada pela Fapesp. Fez parte deste mestrado na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, sob supervisão de Dominique Legallois. Mais especificamente, preocupa-se com os pequenos enunciados que circulam no ambiente político midiático brasileiro. É formada em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Fez intercâmbio acadêmico na Universidad de Buenos Aires, com ênfase em Neurolinguística e Edição Editorial. É integrante do Grupo de Estudos “Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais” (LEEDIM/ UFSCar).

Correo electrónico: tamy_bonani@hotmail.com